

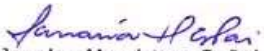
BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A

CNPJ: 15.643.555/0001-29

BALANÇO PATRIMONIAL*(em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		9.316	3.297	CIRCULANTE		2.770	2.011
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.436	2.820	Fornecedores	8	2.071	1.998
Contas a receber	5	1.152	0	Salários e encargos		92	0
Despesas Antecipadas	6	524	476	Impostos a recolher	9	606	13
Impostos a recuperar		204	1				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.539	3.843
NÃO CIRCULANTE		3.992	2.557	Capital social	10	11.359	4.859
Despesa Antecipada	6	1.295	1.771	Prejuízo Acumulado		(820)	(1.016)
Imobilizado	7	2.697	786				
TOTAL DO ATIVO		13.308	3.297	TOTAL DO PASSIVO		13.308	5.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

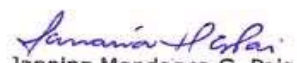
BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A

CNPJ: 15.643.555/0001-29

Demonstrações de Resultados*(Em milhares de Reais)*

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita Líquida	11	11.633	0
(-) Custo	12	(9.704)	0
Lucro Bruto		1.929	0
Despesas/Receitas Operacionais			
Gerais e Administrativas	13	(845)	(994)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		204	0
Resultado Operacional		1.288	(994)
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		409	28
Despesas financeiras		(1)	(2)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		1.696	(968)
IR e CSLL	15	(1.500)	(7)
Resultado Líquido		195	(975)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

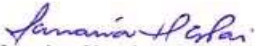
BEMISA MINERAÇÃO E LOGISTICA S.A

CNPJ: 15.643.555/0001-29

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021***(Em milhares de Reais)*

	Capital social		Prejuízos	Total
	Subscrito	A integralizar	Acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	46	-	(41)	5
Aumento de capital	6.813	(6.813)		-
Integralização de capital		4.813		4.813
Resultado do período			(975)	(975)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	6.859	(2.000)	(1.016)	3.843
Aumento de capital	4.500	(4.500)		-
Integralização de capital		6.500		6.500
Resultado do período			195	195
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	11.359	-	(820)	10.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

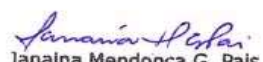
BEMISA MINERAÇÃO E LOGISTICA S.A

CNPJ: 15.643.555/0001-29

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021*(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Prejuízo do exercício	195	(975)
Ajustes ao prejuízo do exercício:		
Depreciação	81	7
Prejuízo do exercício ajustado	276	(968)
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(1.152)	-
Impostos a recuperar	(203)	(1)
Despesas antecipadas	428	(2.246)
Fornecedores	73	1.998
Salários e encargos	92	-
Impostos a recolher	594	13
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	108	(1.205)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição/baixa de ativo imobilizado	(1.992)	(793)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.992)	(793)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	6.500	4.813
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	6.500	4.813
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.616	2.815
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.820	5
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	7.436	2.820
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.616	2.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

BEMISA MINERAÇÃO E LOGISTICA S.A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Bemisa Mineração e Logística S.A (“Bemisa Logística” ou “Companhia”) foi constituída em junho de 2012, e tem sede na Avenida Rio Branco, nº 108, Sala 2501 (parte) - Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, o armazenamento de minérios, a carga e descarga de minérios em vagões de trem, o transporte rodoviário de cargas em geral, dentro e fora do território brasileiro, a elaboração e execução de projetos logísticos de transportes, atividades do Operador de Transporte Multimodal - OTM, envolvendo a organização do transporte de carga nacional e internacional por mais de uma modalidade, além da participação em outras sociedades, na condição de acionista ou sócio quotista.

O controle da Companhia é exercido pela Bemisa Holding S.A que detém 100% das ações.

Em 2022, a Companhia iniciou a operação de logística através da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro para a controladora Bemisa Holding S.A e para terceiros no Terminal de Cargas localizado na cidade de Timoteo no estado de Minas Gerais.

Efeitos da guerra da Ucrânia

A Administração avalia que a guerra da Ucrânia, Rússia e Bielorrússia iniciada em 2022 trouxe os impactos indiretos e macroeconômicos conhecidos no mercado, mas não diretamente ao negócio da companhia.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado.

2.2. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e de suas controladas.

Em 15 de março de 2023, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e de aplicação financeira com liquidez imediata, conforme Nota Explicativa nº 4.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de

transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: fornecedores.

b. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

c. Imposto de renda e contribuição social

c.1.) Impostos sobre lucro

No exercício de 2022 e 2021, a Companhia adotou o regime de apuração pelo lucro presumido, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 60 no trimestre, e são aplicadas sobre o percentual de presunção de 8% sobre a receita bruta de vendas. Para a apuração da contribuição social, a alíquota de 9% é aplicada sobre o percentual de presunção de 12% sobre a receita bruta de vendas.

c.2) Incertezas sobre tratamento de impostos

A interpretação ICPC 22 trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis em decorrência da adoção desta interpretação.

d. Arrendamento - CPC 06 (R2)

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao financiar, por prazo semelhante e com garantia semelhante, para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso no mesmo ambiente econômico.

e.Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

f. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: “o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.”

A Adoção da norma não causará impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativas contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.

Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações -contábeis das Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis das Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos conta movimento	2	-
Aplicações financeiras	7.434	2.820
Total	7.436	2.820

O saldo de aplicações financeiras é representado por valores investidos em fundos de investimento de renda fixa, mantidos em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata. Em 2022, a remuneração média foi de 99,93% do CDI (equivalente a 99,79% em 2021).

5. Contas a receber

As contas a receber são provenientes da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro iniciada em 2022 conforme informado na nota explicativa nº 01.

	2022	2021
Contas a receber		
Clientes	1.152	-
	1.152	-

A análise de vencimentos dessas contas a receber consolidado está apresentada abaixo:

	2022	2021
A vencer	1.152	-
Vencida em		
Até 30 dias	-	-
	1.152	-

6. Despesa antecipada

	2022	2021
Arrendamento	1.771	2.247
Licenças	35	
Seguros	13	
Total	1.819	2.247
Circulante	524	476
Não circulante	1.295	1.771

7. Imobilizado

	Equipamentos	Moveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Imobilização em andamento	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	793	-	-	-	793
Adições	3	6	26	1.957	1.992
Baixa	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	796	6	26	1.957	2.785
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7)	-	-	-	(7)
Depreciação no exercício	(79)	(1)	(1)	-	(81)
Baixa	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(86)	(1)	(1)	-	(88)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2021	786	-	-	-	786
Em 31 de dezembro de 2022	710	5	25	1.957	2.697

	Equipamentos	Total
Custo		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Adições	793	793
Baixa	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	793	793
Depreciação		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Depreciação no exercício	(7)	(7)
Baixa	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7)	(7)
Valor contábil		
Em 31 de dezembro de 2020	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	786	786

8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de fornecedores é de R\$ 2.071 (R\$ 1.998 em 31 de dezembro de 2021), e é composto, principalmente, por compromissos de curto prazo assumidos com fornecedores de serviços contratados em decorrência da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro iniciada em 2022 conforme informado na nota explicativa nº 1.

9. Impostos a recolher

	2022	2021
PIS e COFINS	48	-
IRPJ e CSLL	520	6
Impostos retidos	35	7
Outros	3	-
	606	13

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 11.359 (R\$ 6.859 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 16.812.415 ações ordinárias (9.461.574 ações em 2021), nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de setembro de 2022, a Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 4.500 mediante a emissão de 7.350.841 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O aumento foi totalmente integralizado no ano de 2022

11. Receita líquida

	2022	2021
Receitas bruta	12.735	-
(-) COFINS	(382)	-
(-) PIS	(83)	-
(-) ISS	(637)	-
Receitas líquida de venda	11.633	-

12. Custo do serviço prestado

Refere-se aos custos oriundos da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro iniciada em 2022 conforme informado na nota explicativa nº 01.

13. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Salários e encargos	(255)	-
Serviços contratados	(506)	(505)
Depreciação	(2)	(7)
Ocupação	(2)	(460)
Despesas com veículos	(28)	-
Outras	(52)	(22)
	(845)	(994)

14. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	409	28
	409	28
Despesas financeiras		
Juros e multas	(1)	(1)
IOF	-	(1)
	(1)	(2)
Resultado financeiro líquido	408	26

15. IRPJ e CSLL

	2022	2021
Total Receita Bruta de Serviços	12.735	-
(+) Receitas Financeiras	409	28
(=) Base de Cálculo Presumido IR	4.484	28
(=) Base de Cálculo Presumido CS	4.484	28
Imposto de renda - 15%	673	4
Imposto de renda - Adicional 10%	424	-
Contribuição social - 9%	404	3
	1.500	7

16. Partes relacionadas

a. Remuneração dos administradores

O montante referente à remuneração da Administração foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2022 em R\$ 34 para o exercício de 2022 (R\$ 34 em 2021).

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

17. Contingências

A Companhia não é parte de ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituíram provisão para contingências.

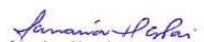
18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

19. Eventos subsequentes

Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações contábeis.


Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

* * * * *